

Mudanças Históricas no Sistema Internacional

Historical Changes on International System

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE*

Meridiano 47 n. 111, out. 2009 [p. 9 a 12]

O objetivo deste breve artigo é abrir análise sobre um fato de grande relevância nos estudos de política e relações internacionais. A saber, quais são os itens que impulsionam mudanças no sistema internacional, o momento histórico em que a alteração ocorre e a qualidade dos Estados que fomentam a transformação. Com a crise econômica que ganhou corpo no ano de 2008 que, em parte, perdura passou a haver interesse na investigação para saber se, efetivamente, há alguma mudança na cabeceira do sistema internacional, desalojando relativamente seus antigos ocupantes, membros do hemisfério norte, para ceder lugar a outros.

Eis o imbróglio. Quem seria o grupo dos outros? A boa conduta aponta para a emergência da China Popular como ator suficiente para deslocar os Estados Unidos do centro dinâmico do sistema. Mas há também um lado mais prudente que prefere escolher um pool de atores no lugar de um. Neste ponto, ganha destaque a criação de um diretório formado por Estados importantes, potências regionais, que juntas montariam uma nova concepção de poder.

Talvez a figura mais próxima disso seria imputar responsabilidade ao grupo dos BRICS, com Brasil, China, Rússia e Índia procurando fazer uma administração em conjunto com o mundo em desenvolvimento. Isso tudo não deixa de ser vislumbre, uma vez que os sinais ainda não são tão claros assim para fazer estimativas de quem sobe e quem cai. Prudência ainda é importante. Em todo

caso, como exercício, gostaríamos de comentar alguma coisa.

Faz parte do debate econômico e político imaginar a ascensão e a decadência das unidades políticas no comando do sistema internacional. Quer dizer, unidades políticas, como prefere Raymond Aron quando se refere a Estados nacionais, ou agrupamentos desses últimos, em forma de blocos organizados por temas e interesses comuns, pelo avanço econômico e tecnológico ou por motivos estratégico-militares. Neste ponto, se encontram os Estados integrados à Organização de Cooperação de Desenvolvimento econômico – OCDE, economias industrializadas do hemisfério norte e alguns agregados do sul (Aron, 1986).

Conceber mudanças no ordenamento do sistema internacional é aceitar o fato de que os Estados guardam analogia com seres vivos que lutam para dominar e aproveitar recursos necessários à sobrevivência. Possuidores de poderes variados os Estados, sob este prisma que serve à geopolítica, são unidades que disputam entre si os recursos importantes para sua existência. Os mais bem preparados para a acidez da concorrência ganham a prerrogativa de comandar o sistema; os menos adaptados à luta se enquadram em um nicho inferior (Haslam, 2006). Mas também é fato de que viver sob algum ordenamento ou sistema significa aceitar regras e condutas que ajudam esses mesmos Estados a suportar a pressão pela sobrevivência. Regras praticamente ausentes no mundo dos seres vivos que só obedecem ao clamor da fome.¹

* Doutor em Ciência Política pela Universidade de Campinas – Unicamp; atualmente desenvolve estudos pós-doutorais na área de História na Universidade Federal Fluminense – UFF (alexandrehage@hotmail.com). área de História na Universidade Federal Fluminense – UFF (alexandrehage@hotmail.com).

¹ É um debate de teor darwiniano que tem ligação com a geopolítica, considerando que os Estados sejam corpos orgânicos com cronologia similar a dos seres-vivos: nascimento, ápice e decadência. É desta forma que Friedrich Ratzel imagina a geopolítica com Estados que necessitam de recursos para sua alimentação e espaço para locomover sua população. Haslam aproveita o pensamento do geógrafo alemão para aliar geopolítica com o pensamento realista das relações internacionais (Haslam, 2006).

É congruente explicar que por sistema internacional se compreende um arranjo com o qual os Estados se organizam e se relacionam, obedecendo a hierarquia resultante da diferenciação econômica, política e tecnológica dos membros – os mais bem preparados conformam o sistema. Kenneth Waltz concebe o sistema como uma estrutura em que nela se encaixam os Estados. Nessa estrutura os Estados têm determinado espaço para se locomover; aumentando o espaço de ação à medida que a posição do Estado ganha destaque na estrutura (Waltz, 2002). E fica patente que ganhar espaço não depende somente de vontade nacional, mas também de transformação estrutural que não ocorre de forma pacífica e democrática.

Aceitar regras de comum acordo não significa, necessariamente, abandonar o poder político ou deixar de ser potência. Em várias ocasiões a admissão de tratados e acordos funciona como válvula de escape, em que ajuda a extravasar a tensão que ora emerge nas relações internacionais. E esse fenômeno ocorre à medida que as próprias grandes potências dão sua colaboração ao acato de normas que passam a ser denominadas como regimes internacionais que ganham corpo em instituições formais e nos blocos de integração (Hurrell, 1995).

Assim, quando referendados, os regimes internacionais podem ser considerados como elementos do interesse nacional de determinados Estados à medida que ele promove o desenvolvimento de algum setor econômico, político ou cultural em que algumas potências possam tirar proveito (Ferreira, 1988). Por exemplo, o acato ao livre comércio internacional, ou ao respeito à propriedade intelectual, certamente não deixa de ser visto como de interesse nacional dos Estados Unidos ou da Alemanha, que são duas potências comerciais e científicas.

Desta forma, sob algum tipo de ordenamento político e econômico ocorrem transferências da cadência econômica e tecnológica de áreas e de Estados para outras regiões do mundo. Há como dizer que quando a cadência econômica e tecnológica migra de uma parte a outra é porque está ocorrendo também mudança do sistema internacional. Isto porque cada potência, ou grupo delas, que emergem costumam conformar novas regras e normas que

tendem ser de caráter universais. De modo poético Vilfredo Pareto frisa que a história seria, no fundo, um cemitério de aristocracias, com uma sucessão de elites que circulam, ascendem e caem (Pareto, 1984).

A construção mental do sociólogo italiano permite imaginar que se a história é uma sucessão de elites que cumprem sua função, após certo período, então pode se conceber, em analogia, que a história pode ser, de igual forma, uma sucessão de hegemonias. Estados hegemônicos que gozam de preeminência cultural, moral, econômica e militar (sem a superestima de um desses fatores) que coordenam o sistema criado por eles, como prefere Antonio Gramsci quando se refere ao candidato que tenciona exercer hegemonia (Gramsci, 2000).

No cemitério da história moderna talvez o Estado mais celebrizado no exercício da hegemonia, que mais se aproximou do quadro refletido por Gramsci, tenha sido a Grã-Bretanha em boa parte do século XIX. Pautando sua hegemonia sob a combinação entre livre-cambismo, diplomacia e poder naval os britânicos procuraram expressar cultura que fosse compreendida como de interesse internacional, por exemplo, os valores políticos-liberais que resultaram no fim do regime escravocrata e na emergência da liberdade intelectual e individual. Seguindo Gramsci, houve o emprego de uma ideologia de valor universal.

No juízo de Karl Polanyi esse exercício político, econômico e militar britânico iniciado com o Tratado de Viena, de 1815, foi um impulso para a conformação de uma civilização, cujos agentes se espalharam por todo o mundo, ligando os Estados da época em uma mesma estrutura de valores que, no todo, fizeram parte do conjunto chamado *pax britannica*, que se sustentava na preeminência britânica no campo do mercado auto-regulável de cunho mundial. O fim desse arranjo, para o autor, resultou na explosão da Primeira Guerra Mundial, pois se esgotara a mensagem virtuosa que era construída por Londres (Polanyi, 2000).

O advento de novos valores políticos, sociais e econômicos que vieram na esteira do grande conflito possibilitou o amadurecimento de programas e pensamentos que já apresentavam alguma participação no final do século XIX e o início do

XX, como o fascismo e o protecionismo, correntes antiliberais que tiveram núcleos criadores fora da tradição britânica. São compreendidos, por exemplo, a Ação Francesa de cunho antiliberal na França e do próprio fascismo que esparramava ramificações em Portugal e Espanha, além da Itália.

Na verdade a questão é saber se, de fato, não houve empenho da Alemanha nazista procurando encabeçar a construção de outro sistema internacional que fosse alternativo ao liberal britânico. No estudo de Gerson Moura há motivo para se pensar se Berlim não tencionava se transformar no centro dinâmico de um novo sistema que fosse baseado em outro modelo de relações internacionais, contra o liberalismo político e contra o livre mercado internacional, considerados desdobramentos políticos e ideológicos do bloco anglo-americano. Daí a proveitosa aproximação entre Berlim e o Rio de Janeiro, nos anos 1930, com o intuito de compensar economicamente o Brasil por este ter se limitado aos parceiros tradicionais (Moura, 1980).

Porventura, se houve as esperadas vitórias militares do Eixo para concluir a Segunda Guerra Mundial como deveria ser, então, a conformação de novo sistema internacional? De início, é lícito dizer que a Alemanha nos anos 1930 voltara-se para a produção tecnológica de ponta, até por causa do conflito que tomara parte. Um novo ciclo de avanço tecnológico, empenho de vontade militar para assentar o programa nacional-socialista e o mercado internacional compensado poderiam ser os tópicos contrários aos apresentados pela Grã-Bretanha, e seus correlatos, no decorrer do século XIX e parte do XX.

Por outro lado, o bloco anglo-americano vencedor da Segunda Guerra Mundial outorgou aos Estados Unidos o papel de exercer hegemonia no novo arranjo político que deveria conformar os negócios internacionais por meio da criação de organizações especializadas em determinados assuntos, econômicos, educacionais etc e, para coroar tal compromisso, a criação da “placa mãe” para concretizar a idéia de condomínio mundial, as Nações Unidas.

É ponto pacífico que cada potência exerce sua hegemonia considerando seus valores e visões-de-mundo. No caso dos Estados Unidos não haveria a reprodução dos ideários britânicos do século XIX,

embora alguns traços do século retrasado deveriam ser valorizados. Não somente seria transformado o antigo sistema e com ele as premissas do livre-cambismo. Washington deveria industrializar políticas que também contemplassem os interesses dos derrotados da guerra, aprovando medidas que, no fundo, fossem ao encontro de Berlim, Roma e Tóquio.

Exercer hegemonia seria pensar na reconstrução econômica e política dos derrotados que passaram a integrar o novo sistema e respeitar regras, cuja criação fora feita pela parceria anglo-americana. O plano Marshall e as instituições de Bretton Woods são um exemplo do empenho de se criar novo processo hegemônico sob liderança dos Estados Unidos, o que possibilitou o uso da “estabilidade hegemônica” para frisar a idéia de que o mundo poderia caminhar melhor se o poder americano fosse usado para que se respeitassem regimes internacionais, como os do comércio exterior e dos direitos do homem.

Há dúvidas se, efetivamente, concretizou-se a experiência norte-americana de hegemonia ao considerar o real significado que o conceito tem – hegemonia baseada na legitimidade de suas ações e no consenso de um tipo de comunidade. Pode ter havido “momentos” ou aproximações de hegemonia em nível inferior à experiência do poder britânico após 1815. Arrighi, por exemplo, integra-se aos que duvidam do fato de haver real hegemonia por parte dos Estados Unidos no pós-guerra, sobretudo em virtude de sua postura ligada ao excesso de amor-próprio que resultara na quebra do Padrão Ouro em 1973 (Arrighi, 1996).

Em todo caso, é lícito observar que os Estados Unidos passaram a exercer papel protagonista na política internacional desde 1945. Por meio da fundação das Nações Unidas, das organizações de Bretton Woods, da Agência Internacional de Energia Atômica e das frentes militares que o país adentrou em virtude de seu respeito à Carta de São Francisco, ou por seus interesses egoístas, Washington ocupa espaço nas reflexões intelectuais e científicas querendo ou não.

Em decorrência disso houve oportunidade de se examinar se o advento da globalização não seria, de alguma forma, a maximização política e econômica estadunidense para que se efetivasse um sistema

internacional que refletisse o *status* demonstrado pelos Estados Unidos. Em outras palavras, livre comércio internacional, regime de desarmamento e lei de propriedade intelectual poderiam ser interpretados como resultado do empenho que a grande potência demonstrava para a criação de um sistema com teor ideológico, que procurasse expressar a vontade de todos, e também que defendesse seus interesses.

Em outra instância, ascende outra questão que tem de ser observada. Quais são os elementos que forçam a mudança de sistema internacional, fazendo com que a dinâmica política, econômica e cultural se altere para boa parte dos Estados nacionais? No decorrer deste texto houve menção aos fatores militares e tecnológicos que ajudam a impulsionar a transformação do sistema, desalojando o antigo núcleo coordenador e o substituindo por outro mais dinâmico. Retomando Arrighi houve a vez dos Países Baixos, do Reino Unido e a atual presença dos Estados Unidos com concorrentes que ficaram pelo caminho, caso da Alemanha e da União Soviética. Contudo, o caminho ainda está aberto para possíveis concorrentes (Arrighi, 1996).

Referências Bibliográficas

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
- FERREIRA, Oliveiros. *Para que Forças Armadas?* São Paulo GDR, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Mo-*

- derno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- HASLAM, Jonathan. *A Necessidade é a Maior Virtude*. São Paulo, Martins Fontes, 2006.
- HURREL, Andrew. "O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial". *Contexto Internacional*. Volume 17, número 1. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 1995.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- PARETO, Vilfredo. "Circulação das Elites". In *Pareto. Sociologia. Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática, 1984.
- POLANIY, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa, Gradiva, 2002.

Recebido em 30/09/2009

Aprovado em 02/10/2009

Resumo: O objetivo deste artigo é saber quais são os itens que promovem a transformação do sistema internacional, os atores em questão e seus programas que constroem o novo arranjo.

Abstract: This paper intends to know which are the itens belong to international system change, the actors in action and their programs to new structure.

Palavras-chave: Sistema Internacional. Poder. Hegemonia.

Key words: International System. Power. Hegemony.

